

## As faces da infância em contextos de violência física intrafamiliar<sup>1</sup>

Rosângela Francischini<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Resumo:** O Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação que estabelece os direitos e as garantias dessa parcela da população, especifica que a criança é um sujeito em momento especial de desenvolvimento e que deverá estar protegida de toda forma de violência, agressão, negligência, dentre outras ações que possam prejudicar esse desenvolvimento. Reconhecer o caráter “especial” atribuído à condição de/do ser criança tributário, principalmente, dos saberes “Psi”, implica assumir a necessidade de práticas sociais igualmente especiais. Dessa forma, a família, a escola e as demais instituições socializadoras mobilizam-se, ou, ao menos deveriam fazê-lo, no sentido de tanto serem agentes na efetivação dos direitos e garantias estabelecidos pelo referido Estatuto, quanto de denunciarem casos em que a transgressão do mesmo ocorre. Essa realidade – de transgressão - atinge uma parcela significativa de crianças, visto que seu cotidiano é permeado pelas mais variadas formas de violência, dentre as quais destacamos a violência física intrafamiliar. Como essas crianças concebem sua própria “condição de infância”? O que justifica, no olhar da criança, a prática de violência por membros de sua família? A partir dessas reflexões é que realizamos esta investigação, procurando compor uma concepção de infância considerando os sentidos e valores que essa população atribui à sua condição. Para a efetivação desse objetivo participaram da pesquisa sete crianças, na faixa etária de 7 a 12 anos, sobre as quais haviam sido encaminhadas denúncias de violência intrafamiliar ao SOS Criança, do município de Natal/RN. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, produção e interpretação de desenhos e a história de Pinóquio, como desencadeadores do discurso das crianças. Na análise do corpus da pesquisa foram identificadas as seguintes condições, que configuram o que é ser criança para os sujeitos investigados: 1.) gostar de brincar (o que a criança mais gosta de fazer!); b.) ter uma família (nuclear); 3.) ter amigos; 4.) estudar/ir para a escola; 5.) trabalhar, em casa ou externamente, para ajudar os pais. Quando investigamos os padrões de relacionamento no espaço familiar com o objetivo de abordar o que justifica, na concepção da criança, os atos de violência dos quais é vítima, um aspecto recorrente em seus discursos mereceu destaque. Diz respeito ao papel que a criança ocupa nesse espaço e à avaliação que a mesma faz em relação ao julgamento e às atitudes do adulto quando elas agem de forma considerada errada por esses adultos. No discurso das crianças está presente a concepção de que o julgamento do adulto é o que é correto; justifica,

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi realizada com a colaboração dos Bolsistas de Iniciação Científica Cíntia da Silva Lobato, Cynara Ribeiro e Leonardo Cavalcante de Araújo Mello, alunos do curso de Psicologia/UFRN. Alguns dos procedimentos de investigação foram comuns à pesquisa de mestrado desenvolvida por Syrleine Maria Penaforte Bastos Bonavides, em fase final de realização.

<sup>2</sup> Professora - Pesquisadora do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Coordenadora do Núcleo de Estudos Sócio-Culturais da Infância e Adolescência – NESCIA, vinculado ao referido Departamento, da UFRN.

portanto, atitudes de violência (surras e castigos) por parte do outro. Esses sentidos refletem, em alguma extensão, os valores que estão presentes no cotidiano dessas crianças e que são internalizados por elas como sendo as únicas formas de resolução de questões que permeiam o cotidiano nas famílias. Merecem, portanto, atenção dos profissionais que se ocupam dessa população.

**Palavras-chave:** Violência intrafamiliar, infância, família, discurso.

## **Introdução**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação que estabelece os direitos dessa parcela da população, com a indicação dos mecanismos de garantia dos cuidados e proteção a eles vinculados, considera Direitos Fundamentais o “direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990: art. 4), como necessidades para que o sujeito possa viver satisfatoriamente sua condição de criança ou adolescente. Considera, ainda, que “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas *em processo de desenvolvimento* (...) O direito ao respeito consiste na *inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral* da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”. (Idem, arts. 15 e 17, grifo nosso).

No entanto, sabemos que essas determinações estão longe de serem efetivadas na prática, condição essa reforçada, muitas vezes, pela passividade da sociedade e pela conivência da imprensa. Assim, apesar do impacto que as pessoas experimentam ao se depararem com a situação de vitimização de crianças, convivemos hoje com índices alarmantes de atos violentos, os mais diversificados, praticados contra essa população. Nesse contexto, emerge a questão de como os próprios agentes, no caso, as crianças, em contextos de desenvolvimento marcados pela violência, se colocam enquanto “sujeitos de direito” dos direitos acima apontados. Como vivem e representam sua condição de infância? Com essas indagações, com a crença de que as crianças podem produzir discursos sobre si mesmas e com a constatação de que muito pouco sabemos sobre a condição de ser criança em sujeitos que vivenciam condições “adversas” de desenvolvimento, é que estabelecemos os objetivos desta investigação, assim delineados: discutir e analisar o conceito de infância<sup>3</sup> a partir dos significados e valores atribuídos à condição de infância, por crianças vítimas de violência física intrafamiliar<sup>4</sup>;

---

<sup>3</sup> A perspectiva de se discutir o conceito de infância tem estado presente em minha trajetória profissional como docente e orientadora de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFRN e pesquisadora/coordenadora do Núcleo de Estudos Sócio-Culturais da Infância e Adolescência, do Depto. de Psicologia, da mesma IES. Assim, várias pesquisas têm se pautado por essa discussão, dentre as quais destaco as dissertações de mestrado: *A Infância no âmbito do Discurso dos Parâmetros Curriculares Nacionais*, (PEREIRA: 2004); *Infâncias: o valor do lúdico nas tramas do trabalho infantil*, Oliveira (2004); *A apreciação musical infantil: aspectos da constituição da Infância contemporânea no discurso de crianças do Ensino Fundamental*, (MACEDO, 2005).

<sup>4</sup> Várias possibilidades de classificação da violência são apresentadas na literatura, que não serão objeto de aprofundamento neste trabalho. Em *Violência intrafamiliar - orientações para a Prática em Serviço* (Brasil, Ministério da Saúde, 2002), são apontados os seguintes tipos: **1.)** violência física (tapas, empurrões, socos, mordidas, queimaduras, cortes, dentre outras); **2.)** Violência sexual (carícias não desejadas, penetração forçada, com pênis ou objetos, exposição à material pornográfico, exibicionismo ou masturbação forçados, etc); **3.)** violência psicológica (insultos, humilhações, desvalorização, chantagem, ridicularização, isolamento de amigos e/ou familiares, etc.); **4.)** Violência econômica ou financeira (roubo, destruição de bens pessoais, etc.) **5.)** Violência institucional (várias

buscar compreender o que justifica, na concepção da criança, a prática de atos violentos por parte dos pais, dos responsáveis ou de outros membros da família: a tradição?, O “princípio da autoridade” dos pais? um recurso disciplinar?; a assimetria das relações na dinâmica familiar, determinada por questões de gênero e/ou gerações; ou questões de autoridade/poder, de modo geral?

***Família e violência: de espaço de proteção e de cuidados a espaço de maus tratos e inseguranças.***

Segundo Ariès (1981), a família, na Idade Média, “era uma realidade moral e social, mais do que sentimental”.(p. 231). A união dos membros “pelo sentimento, o costume e o gênero de vida” passa a ser uma realidade somente a partir do século XVIII, quando a família se organiza de forma a ter existência privada em relação à sociedade – a família nuclear burguesa. Esta “passa a ter como função precípua transmitir a seus membros uma aprendizagem de cuidados, valores e sentimentos”. (FERRARI e VECINA, 2002, p. 293). Seu interior passa a constituir-se em principal *locus* de socialização da criança e, portanto, de constituição de sua subjetividade. Os filhos passaram a ser, então, os centralizadores das atenções - materializadas em cuidados e proteção - nas famílias de classe média. As transformações às quais as crianças foram sujeitas, no entanto, não cessaram com o advento e a consolidação da família nuclear. Já no final do século XIX e início do século XX, essa instituição social “passou a ser alvo de constantes ações desintegradoras, em sua maioria promovidas pela política do capital que visa à homogeneização dos indivíduos e sua conversão à condição de consumistas, individualistas e altamente competitivos.” (CAMARGO e VALENTE, 2005, p. 24). Nessa configuração da dinâmica social, promovida, em parte, pelo desenvolvimento industrial e pelo avanço da tecnologia, principalmente da informatização, os meios de comunicação ocupam lugar de destaque. Assim, a invasão da “cultura midiática” e os conteúdos por ela veiculados no interior das famílias passaram a mediar as inter-relações entre seus membros. Os espaços de ludicidade antes freqüentados pelas crianças – as praças públicas, as ruas - cedem lugar à interação com os jogos de computador, com o vídeo game e com a tv. Esses espaços, por serem privatizados, privam, para jogar um pouco com as palavras, as crianças de inter-relações com seus pares, com os familiares.<sup>5</sup>

O enfraquecimento dessa posição ocupada pela família, assim como pela escola e por instituições religiosas, é sinalizado também por Ortiz (2002), que afirma, em referência aos trabalhos dos teóricos da Escola de Frankfurt, “a esfera privada, no capitalismo avançado, é cada vez mais invadida pelas forças abrangentes da sociedade e o peso da família é relativizado enquanto instância de socialização”. (p. 41).

---

formas de violência dos direitos, exercida por ação ou omissão dos serviços públicos). Ressalte-se, no entanto, que dificilmente esses tipos de violência ocorrem isoladamente.

Nesta pesquisa, estaremos adotando a classificação acima apresentada, considerando, portanto, violência física intrafamiliar os atos de bater, queimar, morder, empurrar, agredir com objetos que causem danos físicos à criança, praticados no espaço de convivência familiar desses sujeitos, por pais, cuidadores, irmãos, parentes, padrastos ou madrastas. Retomaremos essa classificação posteriormente.

<sup>5</sup> Uma discussão sobre a cultura midiática e a constituição da apreciação musical pela criança por ser encontrada em Macedo (2005) e em Subtil (2003).

As alterações pelas quais passaram as famílias, a partir do final da Idade Média, na Idade Moderna e na contemporaneidade, assinaladas acima, definiram também modelos de seu funcionamento, caracterizados a partir dos diferentes papéis sociais de seus membros. Na família brasileira contemporânea<sup>6</sup>, conforme apontado por Figueira (1986, citado em CAMARGO e VALENTE, p. 28 e 29), o modelo hierárquico, tradicional, assumido pela família nuclear burguesa não desapareceu. Com isso, permanecem relações hierárquicas em que gênero e geração determinam posições sociais e “justificam” ações de poder, como por exemplo, do homem sobre a mulher, dos adultos sobre as crianças. Não há possibilidade, aqui, de dar conta da diversidade de conhecimentos produzidos nesse campo. Assim, a partir de uma definição desse fenômeno, abordaremos as ações de poder sobre os sujeitos, e mais especificamente aquelas que se traduzem em atos de violação de seus direitos no interior da família, tendo por sujeito vitimizado a criança.

Em uma primeira tentativa de aproximação do tema, e considerando a ausência de um consenso entre os teóricos que dele se ocupam, recorreremos à definição proposta pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2002): “A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir a função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra”. (p. 15).

Embora esse conceito se aplique a qualquer componente da família, o quadro de violência intrafamiliar ganha contornos específicos quando seu alvo é a criança. Conforme já assinalado no início deste trabalho, trata-se de sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento. A violência, assim, tem tanto o componente de abuso do poder quanto o de tratamento do filho como propriedade, como objeto. Na seção a seguir nos ocuparemos dessas questões.

### ***Sujeito de direitos, sujeita à violação desses direitos – a criança e a violência intrafamiliar***

Conforme sinalizado na seção anterior, um modelo hierárquico-autoritário enquanto definidor das relações entre os membros da família é caracterizado pela possibilidade de que algum(ns) de seus componentes, em posição de poder, se coloque no direito de exercê-lo através de atos de violência em relação ao membro mais fraco da relação. A possibilidade de que o sujeito vitimizado seja a criança sempre esteve dentre as mais apontadas na literatura, como veremos a seguir.

No Brasil, o contingente de crianças que sofrem alguma forma de violência doméstica é alarmante, constituindo-se em um problema de saúde pública. As informações tornadas públicas pela Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância indicam que, em nosso país, 12% de crianças menores de 14 anos são agredidas no interior de suas famílias, o que equivale a um contingente de 18 mil crianças agredidas por dia. (CUNHA, 2004).

---

<sup>6</sup> Uma discussão sobre modelos de família delineados em diferentes momentos históricos foge aos objetivos deste texto.

Silva e Vecina (2002), em pesquisa realizada com o objetivo de delinear o perfil de pessoas que recorrem ao Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto Sedes Sapientiae (CNRVV), concluem que a violência física responde por 84,21% dos casos de violência relatados. Desse total, 69,64% têm, como agentes da agressão, pessoas do núcleo familiar, principalmente o pai e a mãe. Esses mesmos dados foram confirmados por Passetti (1999), em pesquisa realizada no Serviço de Advocacia da Criança do Estado de São Paulo (SAC). Esse autor constatou ainda que a mãe é identificada como a principal agente da violência contra a criança; 35% dos casos têm essa figura familiar como violentadora. Segue-se o pai, com 29% dos casos. Esse dado pode ser explicado pelo fato de que a criança, normalmente, passa mais tempo em companhia da mãe.

Vários fatores são apontados, na literatura, como geradores da violência intrafamiliar contra crianças. Embora possa ser observada a predominância de um ou outro desses fatores, normalmente eles não aparecem de forma isolada. Dentre eles, Cunha (2004) destaca:

A crença dos pais de que a punição corporal dos filhos é um método educativo e uma forma de demonstrar amor, zelo e cuidado. Ver a criança e o adolescente como um objeto de sua propriedade e não como um sujeito de direitos. A baixa resistência ao stress do agressor que projeta seu cansaço e problemas pessoais nos filhos e demais dependentes. O uso indevido de drogas. Abuso de álcool. Pais que quando crianças foram vítimas de violência doméstica e que reproduzem nos filhos o mesmo quadro vitimizador. Fanatismo religioso. Problemas psicológicos e psiquiátricos. (p. 37-39)

Se os fatores que geram a violência contra a criança não são poucos, as investigações que apontam as conseqüências para seu desenvolvimento também têm indicado que elas são preocupantes. Segundo Minayo (2002), “lesões abdominais, fraturas de membros, mutilações, traumatismos cranianos, queimaduras, lesões oculares e auditivas, muitas delas levando à invalidez permanente ou temporária, ou até à morte”, (p. 104) são observados em crianças vitimizadas. Além dessas conseqüências físicas, vários autores (GUERRA, 1998; MINAYO, 2002; SANTOS, 2002) têm apontado que as crianças apresentam quadros de angústia, medo, raiva, hostilidade, ansiedade.

Nessas condições, as crianças vitimizadas, muitas vezes amedrontadas, se calam, o que contribui para acentuar o quadro de subnotificação observado<sup>7</sup>. As poucas denúncias realizadas normalmente são encaminhadas por vizinhos, conhecidos ou instituições freqüentadas pelas crianças (escolas, creches). Com raras exceções, a iniciativa da denúncia parte de membros da própria família e, quando acontecem, têm tios e avós como principais denunciantes.

---

<sup>7</sup> Em quadro demonstrativo dos índices de Violência Doméstica contra crianças e adolescentes estruturado pelo LACRI – Laboratório de Estudos da Criança – Instituto de Psicologia/USP, após pesquisa realizada no intervalo de 1996 a 2000, observamos que o número de casos notificados de violência física e sexual contra a criança aumentou no decorrer desse intervalo.

## **A Pesquisa**

No recorte empírico aqui proposto, participaram sete (7) crianças, com idade entre 7 e 12 anos, identificadas a partir de consulta aos arquivos do SOS-Criança realizada com o objetivo de fazer um mapeamento dos casos atendidos e traçar um perfil provisório dos mesmos. A partir desse levantamento, identificamos os casos de violência física e registramos os endereços e as escolas frequentadas pelas crianças vitimizadas. Optamos por realizar o trabalho empírico nas dependências das escolas, nas quais obtivemos autorização da direção e/ou coordenação pedagógica, após explicitação dos objetivos da pesquisa e dos procedimentos a serem realizados com as crianças. Assim, procedemos de forma a identificar as classes das crianças anteriormente selecionadas e escolhemos, aleatoriamente, outras crianças da mesma sala<sup>8</sup>, com as quais realizamos os mesmos procedimentos e estratégias previstos, que descrevemos a seguir:

Encontro com as crianças, individualmente e/ou em pequenos grupos, para explicitação de nosso trabalho;

Realização de entrevista individual, semi-estruturada, onde nos foi possível obter dados gerais de identificação dos sujeitos e de sua família;

Encontros posteriores, individuais, onde as crianças foram solicitadas a produzir desenhos (livre, de uma família qualquer, de sua própria família) e pinturas e interpretar desenhos apresentados.<sup>9</sup> Nesses contextos foram feitas propostas de situações-problema que pudessem fazer emergir o tema violência intrafamiliar. Entendemos que o recurso a essa estratégia – produção/interpretação de desenho acompanhada de discurso - facilita a dinâmica das relações com os sujeitos-crianças, uma vez que são claramente perceptíveis o prazer e o entusiasmo desses sujeitos ao desenharem, pintarem, e que através dos mesmos eles expressam seu contexto sócio-histórico-cultural. Segundo Gobbi (2002), os desenhos “são portadores de sonhos, de imaginação, de vínculos constituídos entre seus produtores e aqueles ou aquilo que estava nos entornos da produção”. (p. 79);

Encontros individuais onde a criança foi solicitada a completar e/ou julgar determinados eventos da história de Pinóquio (COLLODI, 1992). Procuramos, assim, possibilitar a construção do(s) sentido(s) atribuído(s) pelas crianças às relações sociais vivenciadas no interior de suas casas, onde emergem situações de violência.<sup>10</sup>

Todos os encontros com as crianças, inclusive os discursos produzidos na realização dos desenhos, foram registrados em cassete e, posteriormente transcritos.

---

<sup>8</sup> Essa opção deu-se para evitar situações de identificação da criança em decorrência de sua condição de vitimizada e, conseqüentemente, situações constrangedoras para a mesma. Na explicitação dos objetivos da pesquisa, conforme consta no Termo de Consentimento aprovado pelo Comitê de Ética da UFRN, não consta a condição de vitimizada, pelos mesmos motivos acima explicitados. Observamos que algumas dessas crianças foram incluídas entre as que participaram da pesquisa uma vez que no decorrer do trabalho empírico constatamos que elas vivenciavam a condição de criança vitimizada, como as identificadas através do SOS Criança.

<sup>9</sup> O recurso às estratégias/materiais como os apontados aqui tem sido altamente reconhecido e valorizado em pesquisas com crianças. Trata-se de buscar formas outras de expressão simbólicas que complementem a linguagem verbal, através das quais o sujeito revela, muitas vezes de forma espontânea, suas emoções, seus sonhos, seus valores.

<sup>10</sup> Esse procedimento (porém, não com a história de Pinóquio) foi amplamente utilizado por Piaget (1932). Delval (2002) retoma-o em uma pesquisa para estudar a compreensão que crianças têm de seus direitos, utilizando-se de pequenas histórias, elaboradas a partir de um estudo piloto, onde uma situação de violação dos direitos era exposta e à criança caberia julgar essa situação.

## *Análise e Discussão do Corpus*

### • Ser criança

Conforme apontado no início deste trabalho, um dos objetivos da pesquisa consistiu em identificar os sentidos e valores relacionados à infância, a partir dos discursos de crianças que vivem em contextos de violência física intra-familiar. Procuramos identificar, assim, as seguintes categorias: como seria essa criança, o que ela faria, as instituições nas quais está inserida, os papéis dos sujeitos na dinâmica familiar. Esse último aspecto está mais diretamente relacionado ao nosso segundo objetivo. Portanto, será incluído na seqüência.

Em relação ao como a criança seria, predominam referências às características físicas e psicossociais. Alguns exemplos ilustrativos.

**Ex. 1.** (P.) Vamos imaginar o nosso Pinóquio como um menino de verdade.

(Cr.) Ele tinha pele, osso, braço, perna (...) pescoço, ouvido (...) nariz.

Foram citadas, também, características físicas como altura, cor de cabelos, dos olhos.

**Ex. 2.** (P.) (...) e era um boneco de madeira que o Gepeto tinha o grande sonho de que esse boneco se transformasse num menino de verdade, numa criança, não era? Aí a gente conversou também, assim, como ele seria. (...) Como ele seria?

(Cr.) Seria alegre, brincava com os meninos.

Quando procuramos identificar quais as atividades que comporiam o cotidiano da criança, o brincar está presente em todos os protocolos, ora no contexto de produção de desenhos, ora no de utilização da história de Pinóquio. A importância dessa atividade para o desenvolvimento da criança é apontada por vários teóricos, dentre os quais destacamos Winnicott (1975), Piaget (1978), Wallon (1975, 1986a, 1986b), Bruner (1986), Vygotsky, (1984) Elkonin (1998), Leontiev (2001).<sup>11</sup>

Segundo Vygotsky (1984),

O brinquedo fornece ampla estrutura básica para mudanças das necessidades e da consciência. A ação na esfera imaginativa, numa situação imaginária, a criação das intenções voluntárias e a formação dos planos da vida real e motivações volitivas – tudo aparece no brinquedo, que se constitui, assim, no mais alto nível de desenvolvimento pré-escolar. A criança desenvolve-se, essencialmente, através da atividade de brinquedo. Somente neste sentido o brinquedo pode ser considerado uma atividade condutora que determina o desenvolvimento da criança. (p.117)

---

<sup>11</sup> Em Brougère (1995, 1998) o leitor encontra uma discussão sobre as concepções e a importância da brincadeira nos diferentes períodos históricos.

O exemplo a seguir, dentre vários que foram identificados nas atividades das crianças, é ilustrativo da afirmação de que o brincar é uma atividade presente em seu cotidiano<sup>12</sup>.

**Ex. 3.** (P.) E, vamos pensar assim: quê que você acha que ele (*Pinóquio*) ia gostar de fazer, sendo um menino de verdade?

(Cr.) Brincar.

(P.) *De brincar? Do quê que ele ia gostar de brincar?*

(Cr.) *De esconde-esconde. (...) De bola e de pipa.*

Foram citadas, ainda, como brincadeiras que o “menino de verdade” faria, brincar de gangorra, pular corda, jogar amarelinha, brincar com bonecas, correr, dentre outras. Brinquedos que são veiculados na televisão - *power rangers* - e *vídeo game* também foram citados por um dos participantes.

Em relação às percepções da criança sobre a família, foram realizados, além da atividade com a história de *Pinóquio*, desenhos de uma família qualquer (algumas crianças optaram por desenharem a família do *Pinóquio*) e da família da própria criança.

O desenho e a pintura são considerados formas de acesso ao universo da criança e que, acompanhados da expressão lingüística, são reveladores de sua cultura, sua história, sua imaginação, suas fantasias. Esses recursos são ainda possibilidades que as crianças têm de produzir discursos sobre si mesmas, sobre o(s) outro(s) e sobre os eventos, revelando, assim, sua maneira própria de ver e de pensar a realidade.

A realidade de família tal como vista pelas crianças sujeitos desta investigação reflete o padrão de família nuclear burguesa configurado em nossa sociedade. Muito embora não seja esse o padrão vivenciado por parcela significativa da população, uma vez que novas configurações familiares vêm se constituindo de forma acentuada, as crianças concebem essa instituição social composta por pai, mãe e filhos. Em alguns casos foram agregados avós e/ou tios. A violência a que estão sujeitas em seu cotidiano não se refletiu na realização dessas atividades.

Assim como a brincadeira, o freqüentar a escola também se constitui enquanto atividade que compõe o cotidiano das crianças. A do exemplo a seguir faz referências a aspectos negativos da escola. É muito provável que ela já tenha presenciado as situações nele presentes.

**Ex. 4.** (P.) *Agora vamos pensar um pouco. A escola do Pinóquio...* (em contexto anterior a criança já havia feito referência à escola enquanto espaço freqüentado por *Pinóquio*).

(P.) Ele é um menino, não é? (...) O que ele faria na escola dele? O que ele gostaria nessa escola? Como ela seria?

---

<sup>12</sup> Sobre a presença do lúdico em crianças em situação de trabalho produtivo precoce remetemos o leitor para Oliveira (2004).

(Cr.) Seria alegre a escola. A professora não reclamava com ele porque ele era muito inquieto, não colocava ele de castigo.

A valorização da escolarização por parte dos pais está presente no seguinte exemplo:

**Ex. 5.** (P.) *Vamos pensar alguma coisa que o Pinóquio poderia fazer na casa dele. Quê que você acha que ele poderia fazer na casa dele? Que os pais dele iriam gostar muito que ele fizesse?*

(Cr.) *Escrevesse, passasse todo o ano escrevendo, sem recreio, escrevendo, escrevendo, escrevendo, aprendendo a ler...*

Trabalhar se constitui, também, como atividade que faria parte do cotidiano da criança, justificada pela necessidade de contribuir com o orçamento da casa. Essa possibilidade reflete a condição de grande parcela da população das classes desfavorecidas. Embora as crianças participantes desta pesquisa não tenham se colocado realizando atividades remuneradas, várias afirmaram que trabalham em casa, na sua arrumação e limpeza, no cuidado de irmãos menores e mesmo cozinhando.

**Ex. 6.** (P.) *Que mais que o Pinóquio fazia além de brincar e visitar a família, os parentes?*

(Cr.) *Trabalhar.*

(P.) (...) *E por que ele trabalharia?*

(Cr.) *Ah, pra botar comida para dentro de casa. (...) pagar luz, água, telefone.*

#### • **Justificando as ações que as colocam na condição de vítimas**

Antes de apresentarmos e discutirmos a percepção das crianças sobre o que justifica a ação de ser agredida pelo outro, ilustramos algumas situações em que essas ações ocorrem. Apanhar e ficar de castigo (no quarto, sem sair) são as modalidades que mais são apontadas pelas crianças.

**Ex. 7.** (Cr.) Um dos passarinhos meu fugiu e...

(P.) Fugiu? E que mais?

(P.) Tu tava dizendo: um dos meus passarinhos fugiu e... Você pegou ele de volta?

(Cr.) Aí, minha prima brigou comigo.

(P.) Tua prima brigou com você? Por quê?

(Cr.) Porque ela ficava me pastorando, minha mãe pediu...

(P.) A sua mãe pediu pra ela ficar te pastorando?

(Cr.) Aí minha mãe disse pra não deixar eu pegar meus passarinhos.

(P.) Hã? (P.) E o que aconteceu quando ela brigou contigo?

(Cr.) Ela deu em mim.

(P.) Quem? A tua prima ou a tua mãe?

(Cr.) Minha mãe. (...)

(P.) Ela bate com o quê em você?

(Cr.) Cinto.

**Ex. 8.** (P.) O que me assusta é ...

(Cr.) Meu pai e minha mãe me pegam de surpresa, não explicam por que estão batendo quando eu faço arte. Dói mais quando meu pai bate, mas eu fico mais triste quando minha mãe bate.

**Ex. 9.** (P.) Se você faz alguma coisa que alguém lá na tua casa não gosta, o que acontece com você?

(Cr.) Bota eu de castigo.

Em contexto anterior, neste trabalho, afirmamos que quando as relações entre os membros da família são caracterizadas por um modelo hierárquico-autoritário é possível que algum(ns) de seus componentes, em posição de poder, se coloque no direito de exercê-lo através de atos de violência em relação ao membro mais fraco da relação; neste caso, as crianças. Assim, as justificativas são permeadas por questões de poder, geração e gênero<sup>13</sup>. Desobediência, fazer algo “errado” são as justificativas mais presentes. Note-se, no entanto, que o julgamento da ação é da competência do adulto; é sempre ele que determina se a ação da criança está certa ou não. No exemplo a seguir, a fala do pesquisador faz referência ao fato de Gepeto gostar ou não da ação de Pinóquio. Portanto, não se refere ao certo ou errado da ação. Esse discurso, no entanto, emerge na resposta da criança.

**Ex. 10.** (P.) *Como você imagina que o Gepeto faria com ele, por exemplo, se ele fizesse alguma coisa que o Gepeto não gostasse? O que quê aconteceria com ele?*

(Cr.) *O Gepeto, pai dele, ira dar uma surra nele (...) grande (...) com a sandália, com o cinturão. (...)*

(P.) (...) *Como você acha que o Pinóquio ia se sentir quando ele apanhasse do Gepeto?*

(Cr.) *Ia chorar, ia ficar triste, ia ficar pensando que não era pra ele fazer aquele negócio que ele fez de errado.*

---

<sup>13</sup> Não é possível, nos limites deste trabalho, discutir as questões de violência intrafamiliar considerando as questões de gênero. Ao leitor interessado sugere-se Saffioti (1997) onde, além da discussão da questão, o leitor encontra referências bibliográficas a ela relacionadas.

(P.) *E você, agora, pra você, você acha que o Gepeto tá certo em bater no Pinóquio, ou tá errado?*

(Cr.) *Tá certo, tá errado; ele tá mais certo, porque ele fez uma coisa errada.* (...)

O exemplo abaixo ilustra uma situação em que a violência do adulto contra a criança emerge em um contexto em que estavam sendo abordadas as ações que o Pinóquio faria enquanto “menino de verdade”. Portanto, sem que houvesse referências, por parte do pesquisador, à desobediência (sublinhado no texto) presente no discurso da criança e que justifica a ação do adulto.

**Ex. 11** (Cr.) *Andava de bicicleta ...* (referindo-se às ações de Pinóquio enquanto menino).

(P.) *Andava de bicicleta, hum, hum.*

(Cr.) *Se ele fizesse alguma coisa errada, o pa iai dar uma surra nele.*

(P.) *Se ele fizesse alguma coisa errada o pai dele ia dar uma surra nele... Vamos ver alguma coisa errada que ele poderia fazer, que o pai dele não ia gostar. O que que você acha, por exemplo? Alguma coisa errada que ele pudesse fazer que o pai dele não fosse gostar?*

(Cr.) *Assim. O pai dele mandou ele fazer uma coisa, ele fez outra.*

(P.) *Hum, hum.*

(Cr.) *Aí, o pai dele pegou e deu nele.*

No exemplo que segue chamou-nos a atenção o fato de que uma ação da criança que poderia resultar em insatisfação por parte dos pais é proposta, pela criança, como resposta dos pais à sua ação. A pergunta que emerge diante disso é: o que justificaria a “incriminação”, por parte dos pais, de uma ação da criança, com a mesma ação que é alvo da reprovação? Os padrões de socialização aos quais essas crianças estão expostas, em que as relações são permeadas por violência, acabam por se configurar como praticamente os únicos modelos possíveis nas dinâmicas das relações interpessoais<sup>14</sup>.

**Ex. 12** (P.) *Então, a gente vai pensar assim: alguma coisa que o pai dele, o Gepeto, ou a mãe dele, que a gente não tem nome, né, não iriam gostar que ele fizesse?*

(Cr.) *Arengar.*

(P.) *Oi?*

(Cr.) *Arengar com as pessoas.*

(P.) *Arengar com as pessoas, é? E, se algum dia, o Pinóquio arengasse com as pessoas, o quê*

---

<sup>14</sup> No trabalho empírico do qual extraímos os dados aqui apresentados procuramos identificar as alternativas que as crianças propõem à ação de violência do adulto. Na impossibilidade de apresentarmos aqui esta discussão, afirmamos apenas que essas alternativas são igualmente permeadas por violência.

que você acha que iria acontecer com ele?

(Cr.) A mãe dele ia arengar com ele.

(P.) A mãe dele ia brigar com ele? E o Gepeto?

(Cr.) Também.

Para finalizar essa seção segue um último exemplo onde a criança admite a condição de vitimizada quando os agentes são os pais. Transparece, assim, a transgressão à condição de sujeito de direito, preconizada pelo ECA e a manutenção de um modelo de relações em que os pais se posicionam como proprietários do “objeto criança”.

**Ex. 13.** (P.) (...) *e quando é que você sente tristeza, quando é que você fica triste?*

(Cr.) *Quando alguém me culpa ou quando, assim, é, quando fica atrás de me pegar para bater em mim, quando elas querem bater em mim, sem ser meu pai e minha mãe. Só isso.*

No entanto, na seqüência da atividade temos:

(P.) E quando seu papai ou sua mamãe bate em você, você não fica triste, não?

(Cr.) Não, que eu fiz alguma coisa errada.

(P.) Ah. Ta certo. E raiva, quando é que você sente raiva? E quando é que você sente raiva?

(Cr.) Quando minha mãe sai pros canto e num me leva quando é bom, e quando meu pai bate em mim, quando minha avó briga comigo. Pronto; só isso mesmo.

Assim, sentir-se errada e admitir como correta a ação violenta dos pais, mesclam-se com sentimentos de tristeza e raiva que acompanham essas situações.

### ***Considerações Finais***

No início deste trabalho nos propusemos a realizar um percurso cujas estações pudessem deixar transparecer as faces da infância que está sujeita a condições de desenvolvimento permeadas por violência física intrafamiliar. Com essa intenção, procuramos situar o leitor nas discussões teóricas que permearam nosso objetivo, circunscritas em decorrência das limitações que um trabalho desta natureza impõe ao autor. A análise do *corpus* deixou evidente que mesmo sendo vítimas de violência essas crianças atribuem à condição de ser criança o que é mais ou menos esperado como padrão, ou seja, crianças que brincam, que têm uma família, que vão à escola. No entanto, uma outra condição emergiu nos discursos dos sujeitos, qual seja, a da criança que trabalha, refletindo a realidade particular vivenciada por crianças das classes desfavorecidas. Quanto à dinâmica das relações intrafamiliares, emergiram as mais

diversas situações em que as crianças são violentadas em seus direitos, com atos de agressão física. A submissão aos padrões de socialização impostos pela família e a concepção de que os pais têm autoridade e poder para “educar” os filhos recorrendo, com esse propósito, à violência, é o que mais ficou evidente no discurso das crianças. Não são casuais, fortuitos, os sentidos e valores que as crianças deixaram transparecer em seus discursos e desenhos. Protagonistas de histórias de vida ambientadas em meio à violência, acabam por internalizar e, quem sabe, repetir esses padrões de socialização. O conseqüente comprometimento em seu desenvolvimento bio-psico-social, portanto, é uma realidade. O trabalho preventivo, portanto, é apontado como primordial, no sentido de que práticas de intervenção dessa natureza possam contribuir para minimizar o sofrimento que caracteriza as condições de desenvolvimento dessa população.

FRANCISCHINI, R. The faces of childhood in intra-family physical violence contexts. *Revista de Psicologia da UNESP*, n 2, p. 71-86, 2003.

**Abstract:** *The Child and Adolescent Statute (Estatuto da Criança e do Adolescente), the legislation that establishes the rights and warranties of this segment of the population, specifies that children are subjects living a special moment of development and should be protected from all forms of violence, aggression, negligence, and any other actions that may disturb his/her development. Recognizing the characteristic of “special” attributed to the condition of being a child, especially the “Psy” aspects, implies the need for equally special social practices. Thus, family, school and other socializing institutions mobilize, or at least should do so, to both being agents for the implementation of the rights and warranties established by the Statute and to denounce cases of its transgression. This reality (transgression) reaches a significant number of children, since their routine is permeated with several forms of violence, among which the intra-family physical violence. How do these children conceive their own “childhood condition”? From their point of view, what justifies the practice of violence caused by their family members? Those reflections are the starting point of this study, in which we have tried to form a conception of childhood considering the meanings and the values that this population attributes to its condition. This study involved seven children, aged 7 to 12 in which intra-family violence had been made to the SOS Child, in Natal, State of Rio Grande do Norte. Semi-structured interviews, production and interpretation of drawings and Pinocchio’s tale have been used to pop up children’s speeches. In the corpus analysis, the following conditions have been identified, which reveals the meaning of being a child to the investigated subjects: 1. to like playing (what children like doing most); 2. to have a family (nuclear); 3. to have friends; 4. to go to school/to study ; 5. to work, in or out home to help their parents. When patterns of relationship in the family environment were investigated, in order to check what justifies, on children’s point of view, violent acts against them, a recurrent aspect was enhanced: the child role in this environment and the evaluation he/she makes in relation to the adults’ judgment and attitudes when he/she behaves in a way considered wrong by adults. In the children speech it is often present the conception that the adults’ judgment is always correct, which justifies, therefore, violent acts such as beatings and punishments. Those meanings reflect, to some extent, the values that are presented in children’s routine and that are internalized by them as the only form of solution to the questions related to the everyday life of the family. These points deserve, therefore, attention of the professionals that study this population.*

**Keywords:** *intra-family violence, childhood, family, discourse.*

**Referências Bibliográficas**

- ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC Editora. 1981.
- AZEVEDO, M. A. Contribuições Brasileiras à Prevenção da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes. In WESTPHAL, M. F. (Org.), *Violência e Criança* (pp. 125-135). São Paulo: Edusp. 2002.
- BRASIL. (2000). *Estatuto da criança e do adolescente* (Lei n. 8069, de 13.07.1990). Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de A. L. T. Pinto, M.C. V.dos S. Windt e L. E. A. de Siqueira. 10ª. Ed., São Paulo: Saraiva.
- BRASIL – Ministério da Saúde. (2002). *Violência Intrafamiliar – orientações para a prática em Serviço*. (Brasília/DF.). Cadernos de Atenção Básica, nº. 8.
- BROUGÈRE, G. *Brinquedo e cultura*. (M. A. A. De S. Doria, Trad.) São Paulo: Cortez. 1995.
- \_\_\_\_\_. A criança e a cultura lúdica. In KISHIMOTO, T. M. (Org.), *O brincar e suas teorias* (pp. 19-32). (I. Mantoanelli, Trad.). São Paulo: Pioneira. 1998
- BRUNNER, J. S. Juego, pensamiento y lenguaje. *Perspectivas*, 16 (1), 79-86. 1986.
- CAMARGO, M. L. e Valente, M. L. L. C. Modernidade, sujeito e famílias: paradigmas em transformação. In VALENTE, M. L. L. C. e WAIDEMAN, M. C. (org.), *E a família, com vai?* (pp. 13-32). Assis: FCL-Unesp/Publicações. 2005.
- COLLODI, C. *As aventuras de Pinóquio*. São Paulo: Paulinas. 1992.
- CUNHA, M. L.C. Módulo I do Curso de Capacitação: *Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes na Modalidade Violência Física*. Curitiba: CECOVICentro de Combate à Violência Infantil, UNICEF, 2004.
- DELVAL, J. *Introdução à prática do método clínico – descobrindo o pensamento das crianças*. Porto Alegre: ArtMed Editora. 2002.
- ELKONIN D. B. (1998). *Psicologia do jogo*. (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- FERRARI, D. C. A. e VECINA, T. C. C. (Orgs.). *O fim do silêncio na violência familiar - teoria e prática*. São Paulo: Agora. 2002.
- GOBI, M. Desenho Infantil e Oralidade: instrumentos para pesquisas com crianças pequenas. In A. L. G. de FARIA, A. L. G.; DEMARTINI, Z. B. F. & PRADO, P. D. (Orgs.), *Por uma cultura da Infância - metodologias de pesquisa com crianças*. (pp. 69-92). Campinas: Editora Autores Associados. 2002.

- GUERRA, V. N. de A. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revistada*. 3ª. Ed., São Paulo: Cortez. 1985.
- LEONTIEV, A. N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In L. S. VYGOTSKY, L. S., LURIA, A. R. & LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. (pp. 119-142). (8ª. ed.). (M. da P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Icone. 2001.
- MACEDO, N. M. *A apreciação musical infantil: aspectos da constituição da infância contemporânea no discurso de crianças do Ensino Fundamental*. Natal/RN, 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN. 2005
- MINAYO, M. C. De S. O Significado Social e para a Saúde da Violência contra Crianças e Adolescentes. In WESTPHAL, M. F. (Org.), *Violência e Criança*.(pp. 95-114). São Paulo: Edusp. 2002.
- OLIVEIRA, I. C. C. *Infâncias: o valor do lúdico nas tramas do trabalho infantil*. Natal/RN, 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- ORTIZ, R. *Ciências Sociais e Trabalho Intelectual*. São Paulo: Olho D'água. 2002.
- PASSETTI, Edson. (Coord.). *Violentados – Crianças, Adolescentes e Justiça*. São Paulo: Editora Imaginário. 1999.
- PEREIRA, A. M. A. *A Infância no âmbito do Discurso dos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Natal/RN, 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- PIAGET J. *Le jugement moral chez l'enfant*. Paris: Presses Universitaires de France. 1932
- PIAGET, J. *A formação do símbolo: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. (3ª. ed.). (A. Cabral & C. M. Oiticica, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. 1978.
- SAFFIOTI, H. I. B. No Fio da Navalha: Violência contra crianças e adolescentes no Brasil Atual. In MADEIRA, R. F. *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. (pp. 135-212). RJ: Record/Rosa dos Tempos. 1997.
- SANTOS, M. C. C. L. dos. Raízes da Violência na Criança e danos Psíquicos. In WESTPHAL, M. F. (Org.), *Violência e Criança*. (pp. 189-204), São Paulo: EDUSP. 2002.
- SILVA, M. A. de S. & Vecina, T. C. C. Mapeando a violência contra crianças e adolescentes. In FERRARI, D. C. A & VECINA, T. C. C. (Org.), (pp. 277-297). *O fim do silêncio na violência familiar – teoria e prática*. São Paulo: Ágora. 2002.

- SUBTIL, M. J. *Crianças e mídia: o espírito dionisíaco no consumo musical*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Acessado em junho de 2004, em <http://teses.eps.ufsc.br/defesas/pdf/4921.pdf>. 2003.
- VYGOTSKY, L. S. O papel do brinquedo no desenvolvimento. In *A formação Social da mente*. (1ª. ed., J. C. Neto, L. S. M. Barreto & S. C. Afiche, Trad.). (pp.105-118). São Paulo: Martins Fontes. 1984.
- WALLON, H. *Objectivos e métodos da psicologia*. (F. de Sousa, Trad.). Lisboa: Editorial Estampa. 1975
- WALLON, H. Imitação e representação. In WEREBE, M. J. G. & NADEL-BRUFELT (Orgs.), *Henri Wallon*. (pp. 83-107). (E. S. Lima, Trad.). São Paulo: Ática. 1986a.
- WALLON, H. O papel do outro na consciência do eu. In WEREBE, M. J. G. & NADEL-BRUFELT (Orgs.), *Henri Wallon*. (pp. 158-167). (E. S. Lima, Trad.). São Paulo: Ática. 1986b.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. (J. O. de A. Abreu & V. Nobre, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. 1975.